



ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A.
 CNPJ 04.557.307/0001-49. NIRE 41.300.019.550
 25ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
 87ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 30 de abril de 2026, às 15h00min, na sede social da empresa, localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua José de Alencar, n.º 2021, Juvevê, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária

1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025.

2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício;

3) Eleição de membro do Conselho de Administração; e.

Assembleia Geral Extraordinária

1) Fixar a remuneração global anual dos membros dos órgãos estatutários (Deliberação prevista no art. 152 da Lei n.º 6.404/76).

Curitiba, 17 de abril de 2026.

Moacir Carlos Bertol

Presidente do Conselho de Administração

SWEDISH MATCH DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 33.016.338/0002-71 - NIRE 41300350086

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 2026

Por meio do presente edital de convocação, os acionistas da **Swedish Match do Brasil S.A.**, com sede na Rua Conselheiro Laurindo, nº 1425, Rebouças, CEP 80.230-180, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, registrada perante a Junta Comercial sob o NIRE nº 41300350086 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.016.338/0002-71 ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), ficam convocados para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 4 de Maio de 2026, às 10h, na sede da Companhia, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) A consignação das renúncias apresentadas pelos atuais Diretores da Companhia. (ii) A eleição dos novos Diretores da Companhia. (iii) A alteração da denominação social da Companhia, passando da sua atual denominação para **Fiat Lux do Brasil S.A.**, com consequente alteração do Artigo 1º do Estatuto Social da Companhia, para refletir as deliberações aprovadas. (iv) A consolidação do Estatuto Social da Companhia. Curitiba/PR, 24 de abril de 2026. **Allan Pahl Carpes** - Diretor Presidente.

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa equipe

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 24/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 24/04/2026 09:40:17

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 263095c613e09b0a06fd32e7782fb4d6b3baefbd85712754096dafc6a9f88e8e



Assinatura

Assinado em: 24/04/2026 09:40:23

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 1e9a1274fc1c7885c4320c269f1bfcdc



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.28.107	-25.442428382056 , -49.255837597625	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



UNIÃO CHAMPAGNAT DE EDUCAÇÃO - UCE

CNPJ: 84.433.275/0005-32

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma						
Balancos patrimoniais						
	Notas	2025	2024	Notas	2025	2024
Ativo Circulante				Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	355.782	343.140	Fornecedores	15	1.297
Locações e Outros Recebíveis	5	2.027	1.626	Empréstimos e Financiamentos	16	-
Adiantamentos	6	1.030	325	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	3.126
Tributos a Recuperar	7	54	54	Obrigações Tributárias	18	128
Estoque	8	7.872	8.193	Receitas Antecipadas	19	181
Outros Créditos	9	31	-			
Despesas Antecipadas	10	483	414	Não Circulante		
Partes Relacionadas	11	28.930	44.873	Empréstimos e Financiamentos	16	-
		396.209	398.625	Receitas Antecipadas	19	3.249
				Provisões para Contingências	20	10
						3.259
Não Circulante				Patrimônio Líquido		
Despesas Antecipadas	10	183	134	Patrimônio Social	21	2.012.528
Outros Créditos	9	1.794	1.794	Incorporação Parcial	21.2	68.645
Investimentos	12	1.396.418	1.253.194	Cisão Parcial	21.2	(100.000)
Imobilizado	13	373.225	366.590	Superávit/Déficit do Período		178.870
Intangível	14	205	226			211.589
		1.771.825	1.621.938			2.160.043
Total do Ativo		2.168.034	2.020.563	Total do Passivo		2.168.034
						2.020.563

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido						
	Patrimônio Social	Superávit/(Déficit) do Período	Cisão Parcial	Incorporação Parcial	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	446.297	107.785	(45.363)	1.292.220	1.800.939	
Aumentos de Patrimônio Social	-	-	-	-	-	
Com Superávit	-	107.785	-	-	107.785	
Parcela Cindida	-	(45.363)	-	-	(45.363)	
Parcela Incorporada	-	1.292.220	-	-	1.292.220	
Superávit Líquido do Período	-	-	-	-	211.589	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.800.939	211.589			2.012.528	
Aumentos de Patrimônio Social	-	-	-	-	-	
Com Superávit	-	211.589	-	-	211.589	
Parcela Cindida	-	-	-	-	(100.000)	
Parcela Incorporada	-	-	-	-	68.645	
Superávit Líquido do Período	-	-	-	-	178.870	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.012.528	178.870	(100.000)	68.645	2.160.043	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Informações Gerais: A União Champagnat de Educação, também denominada simplesmente UCE, foi fundada em 22 de outubro de 1952, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, declarada de Utilidade Pública Estadual em Santa Catarina pela Lei nº 3.905, de 30 de setembro de 1966, declarada de Utilidade Pública do Município de Florianópolis pela Lei CMF-8, de 22 de setembro de 1966; declarada de Utilidade Pública do Município de Curitiba pela Lei nº 13.609, de 14 de outubro de 2010. A UCE é uma organização religiosa, de fins não lucrativos ou econômicos, constituída a luz do Art. 44, inciso IV, da lei nº 10.406/2003 (código civil brasileiro), do decreto nº 7.107/2010, que promulgou o acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé, relativo ao estatuto jurídico da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, firmado no estatuto da cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008, e das constituições do instituto dos irmãos maristas e das escolas, aprovadas pela congregação dos religiosos e institutos seculares, e dos seus estatutos, pelos quais se regem, também neste instrumento designado como (UCE). Em sintonia com o Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas e a organização religiosa e a sua coirmã, a PROVINCIA MARISTA BRASIL CENTRO SUL PMBCS, a UCE tem finalidade de anunciar e testemunhar a pessoa de Jesus Cristo e a Proposta do Reino de Deus a todos, fundamentado no Evangelho, na Espiritualidade Marial e apostólica e no carisma do fundador do instituto, São Marcelino Champagnat, que se manifesta pela evangelização de, educação e defesa dos direitos das crianças e, adolescentes e jovens, particularmente os mais necessitados, independentemente da sua nacionalidade, sexo, raça, e crença religiosa. A UCE também prepara, ampara, mantém e engaja vocacionados, leigos e membros, tendo, entre seus fins e objetivos institucionais: Representar e congregar, jurídica e patrimonialmente, o conjunto de bens, direitos e obrigações vinculados aos seus interesses, zelando pela sua sustentabilidade, cumprindo e fazendo cumprir todas as implicações advindas das relações com o mundo eclesial e civil, em especial, o Poder Estatal estabelecido. Promover cultos religiosos e litúrgias ligados a Igreja Católica Apostólica Romana. Assegurar aos seus vocacionados, leigos e membros a formação humana, espiritual, cristã, cultural, social, científica, profissional, primando, assim, pela exigência da qualidade, pela atualização contínua, pelo dever de competência e qualificação pessoal e sua manutenção em suas necessidades espirituais e materiais, em conformidade com os direitos fundamentais da pessoa humana, visando ao fortalecimento da vida comunitária e fraterna das comunidades. Assegurar atendimento Integral, inclusive tratamento de saúde adequado aos seus vocacionados e membros, podendo, igualmente, assistir à genitores destes em suas necessidades materiais e de saúde. Pagar cóngruas aos seus membros, se assim decidir, como forma auxiliar de prover o seu sustento e subsistência, utilizando-se de qualquer meio de pagamento existente. Criar e manter comunidades maristas, casas e obras de atendimento aos seus membros idosos, institutos de longa permanência, centros de formação a Vida Religiosa Marista e missionária, e outras atividades formativas, como expressão da espiritualidade, do carisma e da missão marista. Promover animação vocacional, formativa, missionária e apostólica, próprias do carisma e missão, por meio de programas, projetos, encontros, retiros, cursos, seminários, simpósios e congressos. Manter, acompanhar, apoiar e estimular projetos missionários e sociais, buscando a construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária. Desenvolver atividades pastorais nos espaços de suas instituições e da Igreja Católica Apostólica Romana e parceiros. Promover os princípios ambientais, sociais e governança ESG, o cuidado com a Casa Comum. Inclusão, justiça, ética, paz e solidariedade, com respeito a dignidade humana. Desenvolver soluções, produtos e serviços de educação, cultura, evangelização, beneficência e assistência social, atinentes às atividades, finalidades e objetivos próprios, e da coirmã PMBCS, bem como a difusão do ideal instaurado por São Marcelino Champagnat e ao resgate, preservação e divulgação dos feitos religiosos integrantes do Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Criar e manter pessoas jurídicas para prestar serviços pastorais e profissionais nas diversas áreas de sua missão, especialmente para evangelização das crianças, adolescentes e jovens, preferencialmente os que apresentam maior vulnerabilidade pessoal e social, por meio da educação, cultura, beneficência e assistência social, e poderá fornecer ajuda, mesmo pecuniária, a pessoas necessitadas, em situações de calamidade. Criar e manter casa e outras obras, visando a sustentabilidade e a promoção de suas finalidades institucionais. Manter de forma subsidiária, ou apoiar financeiramente, outras pessoas jurídicas que contribuam para a realização de seus objetivos, podendo celebrar contratos de mútuo financeiro, realizar doações, associar-se, criar novas personalidades jurídicas, incorporar outras já existentes, fundir-se além de cindir-se total ou parcialmente, bem como assumir responsabilidade e obrigações de outras pessoas jurídicas de fins não econômicos, desde que guardem identidade e/ou interesses com seus objetivos programáticos. Promover comunhão, firmar contratos, convênios, cooperações, alianças e parcerias com instituições congêneres ou afins, tais como institutos religiosos e sociedades de vida apostólicas, Igreja particular, organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais e com os poderes constituídos para o melhor desenvolvimento de suas finalidades. Integrar organismos, comitês e comissões nacionais e internacionais estabelecidas e aprovadas pelo Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas, por meio de membros delegados para tal fim. Zelar pela boa administração do seu patrimônio e disponibilidades financeiras, realizando investimentos que proporcionem rendimentos consistentes, no país e no exterior, visando a sua sustentabilidade e a perenidade da missão e da religiosidade Marista. As finalidades e objetivos da UCE serão desenvolvidos em território brasileiro e em outros países, conforme disposições advindas do Governo Geral do Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas, onde quer que se faça presente no mundo, respeitando-se a viabilidade institucional. A UCE pode se organizar em filiais através de casas e obras, projetos e outros quantos forem necessários, regendo-se no âmbito civil por este Estatuto Social. No desenvolvimento de suas atividades, visando a sustentabilidade financeira, a UCE pode promover a captação de recursos mediante o recebimento de doações, a cobrança de ingressos em eventos, a venda de serviços, bens e assemblados. Em razão da reestruturação das atividades desenvolvidas a UCE requereu alteração para modalidade de Organização religiosa a partir de 01 de junho de 2025. **Fato Relevante:** Em continuidade a seu processo de reestruturação, em assembleia realizada com a presença dos associados das mantenedoras União Champagnat de Educação - UCE, Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, Associação Paranaense de Educação - APC e Editora FTD, restou aprovada a intenção das Entidades de realizarem as cisões parciais de seus ativos às Entidades União Champagnat de Educação - UCE e Associação Paranaense de Educação - APC. As demonstrações financeiras da União Champagnat de Educação - UCE, estão sendo apresentadas com os reflexos dos processos de Incorporações e Cisões Parciais conforme abaixo: a) Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC sob CNPJ 60.983.352/0001-11 aprovado pela AGE em 31/03/2025 tendo como data de evento 31/05/2025, relativos à movimentação da participação societária da Editora FTD S/A 61.186.490/0001-57 cujos efeitos são destacados na nota explicativa nº 21.2. b) Associação Paranaense de Educação - APC sob CNPJ 76.659.820/0001-51 aprovado pela AGE em 31/03/2025 tendo como data de evento 31/05/2025, relativos aos imóveis, Terreno BR-101, Proação Guaratuba, Tecnoparque, Campus Toledo e Sala 5 Centro Comercial, cujos efeitos são destacados na nota explicativa nº 21.2. c) União Champagnat de Educação - UCE, sob CNPJ 84.433.275/0001-11 aprovado pela AGE em 31/03/2025 tendo como data de evento 31/05/2025, relativo à transferência de ativos de caixa e equivalentes de caixa cindindo para a Associação Paranaense de Educação - APC sob CNPJ 76.659.820/0001-51, cujos efeitos são destacados na nota explicativa nº 21.2. d) Editora FTD S/A sob CNPJ 61.186.490/0001-57 aprovado pela AGE em 14/07/2025 tendo como data de evento 31/08/2025 correspondente ao imóvel do qual está instalado o estabelecimento da matriz da Editora, cujos efeitos são destacados na nota explicativa nº 21.2. e) Editora FTD S/A sob CNPJ 61.186.490/0001-57 aprovado pela AGE em 31/10/2025 tendo como data de evento 30/12/2025 correspondente aos imóveis onde se encontram instaladas as filiais de Goiânia filial de Salvador e os prédios 1 e 2 do parque gráfico da Editora, cujos efeitos são destacados na nota explicativa nº 21.2. **2. Principais Políticas Contábeis:** **2.1. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da legislação societária brasileira, considerando-se as alterações introduzidas nas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), contempladas as peculiaridades de nomenclatura de contas dada pela Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 aplicável às entidades sem finalidade de lucro, combinada com a NBC TG 1.000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucro. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em reais foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3.1. Conversão de moeda estrangeira - transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são reavaliados, de acordo com o CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que estas estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas em relação a premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentam efeitos

sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 5 - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa; • Nota 13 - Imobilizado - Avaliação do valor recuperável de ativos (Teste de Impairment); • Nota 20 - Demandas Judiciais; • Nota 27 - Instrumentos financeiros. **2.4.1. Conversão de moeda estrangeira - transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são reavaliados, de acordo com o CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.5. Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram apreciadas pela Diretoria em 11/03/2026, considerando-se os eventos subsequentes ocorridos até essa data. **3. Principais Julgamentos na Aplicação das Políticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, empregadas de maneira consistente e uniforme nos períodos apresentados. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera "equivalentes de caixa" a aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.2. Locações e Outros Recebíveis:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos documentos fiscais, contratos e boletos emitidos, ajustados pelo valor presente quando aplicável. A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de suas atividades econômicas e estatutárias, considerando os riscos envolvidos. Esses índices são periodicamente revisados buscando-se uma adequada estimativa para a mensuração desses valores. **3.3. Estoques:** São avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor recuperável de mercado. Os custos de estoques são reconhecidos no resultado em decorrência da venda. **3.4. Despesas antecipadas:** Composto por apropriações de prêmios de seguros, assinaturas de periódico e licença de uso de software. **3.5. Investimentos:** As participações em controladas foram registradas pelo método da equivalência patrimonial, com a contrapartida desses valores reconhecida no resultado operacional. As participações nas controladas Editora FTD S/A, Quinteto Editorial Ltda., Empresa Brasileira de Educação Ltda., Residencial Champagnat SPE, Sicredi e Cooperativa Coopux, são avaliadas apurando-se as demonstrações financeiras dessas sociedades ajustadas às práticas contábeis adotadas no Brasil. **3.6. Imobilizado:** a) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessárias. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado. b) Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente se revertam para entidade e que seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostos por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. c) Depreciação: Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Ativos Biológicos	5
Benefícios em Imóveis de Terceiros	0 a 25
Edificações	25 a 60
Equipamentos	10
Equipamentos de Informática	5
Instrumentos Musicais	10
Móveis	5
Veículos	10

3.7. Intangível: O ativo intangível refere-se basicamente aos gastos com implantação de sistema aplicativos de softwares da Entidade. Esses ativos são amortizados de forma linear pelo período de 5 anos. **3.8. Operações de Arrendamento Mercantil:** A Associação optou por utilizar o expediente prático de transição conforme o CPC 06 R2/IFRS 16 não reconhecendo os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (conforme política institucional contraprestações mensais até R\$ 1.200,00 reais). A Associação reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Associação realizou inventários dos contratos da entidade, com características de arrendamento, os quais, após análises, julgamos não serem aplicáveis o pronunciamento CPC 06. A associação não possui operações ou transações de arrendamento que envolvam a contabilização do CPC 06. **3.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificadas como passivos circulantes. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. **3.11. Receita antecipada:** Composto de valores recebidos antecipadamente, são apropriadas mensalmente em conformidade com o princípio da competência, incorridos até a data do balanço. **3.12. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.13. Provisões para riscos (contingências):** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar essa obrigação. **3.14. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados nos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização. Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados nos valores conhecidos exigíveis ou acrescidos dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais, utilizando-se o ajuste a valor presente quando aplicável. **3.15. Patrimônio Social:** O resultado da Entidade é incorporado ao patrimônio social, após aprovação das demonstrações financeiras, a fim de se aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, conforme estabelecido no Estatuto Social. **3.16. Apuração do superávit/déficit:** As receitas, custo e despesas da entidade encontram-se registradas a valores originais e de acordo com o regime de competência. **3.17. Aspectos fiscais, Tributação, Imunidade Tributária e Renúncia Fiscal:** A Entidade é contribuinte da Contribuição Social e do PIS sobre Folha de Pagamentos, e goza das imunidades no que se refere ao seu patrimônio, sua renda e seus serviços para o desenvolvimento de seus objetivos institucionais, estendendo também para PIS e a COFINS quando aplicáveis (art. 150, inciso VI, alínea "b" da CF/88). **3.18. Demonstração do resultado abrangente:** As transações registradas em resultados abrangentes se referem a ações negociadas em bolsa de valores, ou seja, ativos financeiros, mensurados a valor justo e registrados no patrimônio líquido. **3.19. Demonstração do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado está apresentada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC. Tem por

Investimento UBS Porto Rico						
Data	Empresa	USD	Cotação	R\$	Rend. USD	Rend. R\$
18/12/2025	UCE	5.000.000,00	5,563	27.815.000,00	-	-
31/12/2025	UCE	5.000.000,00	5,5018	27.509.000,00	136,96	753,53

5. Locações e Outros Recebíveis: Os valores de locações e outros recebíveis estão representados como segue:

	2025	2024
Descrição		
Locações a Receber	1.449	1.199
Atividades Rurais	167	237
Outras Contas a Receber	411	205
Total	2.027	1.626

A movimentação das perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa é composta a partir da premissa da administração onde entende que o saldo de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é suficiente para refletir as reais perdas na realização de seus recebíveis. Como critério para constituição da PECLD, utilizamos a provisão dos valores a receber vencidas a mais de 180 dias. A movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa está assim representada:

	2025	2024
Descrição		
Saldo no Início do Exercício	(15)	-
Provisões	-	(15)
Reversões	15	-
Saldo Final do Exercício	-	(15)

As perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades. Como critério para constituição da PECLD, utilizamos os valores vencidos há mais de 180 dias.

Demonstrações do resultado do período						
	Notas	2025	2024		2025	2024
Receita Operacional Líquida	22	103.768	67.762			
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados	23	(7.309)	(11.152)			
Resultado Bruto (Despesas) Receitas Operacionais		96.459	56.610			
Gastos com Pessoal e Encargos		(23.652)	(20.069)			
Despesas Administrativas		(34.941)	(29.455)			
Depreciação/Amortização/Impairment		(14.871)	(13.647)			
Equivalência Patrimonial	12	106.961	186.329			
Impostos e Taxas		(300)	(224)			
Outras Receitas e Despesas	24	1.901	(1.350)			
Resultado Operacional antes dos Efeitos Financeiros		35.098	121.584			
Receitas Financeiras		48.227	34.256			
Despesas Financeiras		(914)	(861)			
Resultado Financeiro	25	47.313	33.395			
Superávit do Período		178.870	211.589			

Demonstrações do resultado do abrangente			
	2025	2024	
Superávit do Período	178.870	211.589	
Outros Resultados Abrangentes (ORA) Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Ativos financeiros disponíveis para venda - reclassificação para o resultado	-	-	
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	
Resultado abrangente do período	178.870	211.589	

Demonstrações dos fluxos de caixa			
	Notas	2025	2024
Fluxo de Caixa Proveniente das Operações			
Superávit do Período		178.870	211.589
Ajustes para Reconciliar o Resultado do Exercício com Recursos Provenientes de Atividades Operacionais:			
Depreciação e Amortização		14.871	13.647
Equivalência Patrimonial		(106.961)	(186.329)
Ganho na Alienação do Imobilizado		(1.296)	2.037
Provisão para Contingências		10	-
		(84.991)	(18.163)

Demonstrações dos valores adicionados			
	2025	2024	
Receitas			
Outras Receitas		105.669	66.412
		105.669	66.412

Insumos Adquiridos de Terceiros			
	2025	2024	
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados		(54.609)	(51.292)
Materiais, Energia e Serviço de Terceiros		(35.309)	(29.722)
		(89.918)	(81.014)

Valor Adicionado Bruto			
	2025	2024	
Depreciação e Amortização			
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		880	(

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da União Champagnat de Educação - UCE

9. Outros Créditos: Estão representados como segue:
Descrição 2025 2024
Circulante Não Circulante Circulante Não Circulante
Outros Serviços e Produtos 31 - - -
Potencial Construtivo - - 1.794 -
Total 31 1.794 - 1.794

Potencial Construtivo: Trata-se de incentivo concedido de potencial construtivo, conforme decreto nº 86 que regulamenta a Lei Municipal nº 7.841 de 19/12/1991, e permite ao Colégio Paranaense negociar a área virtual de 19.154 m², com a condição de aplicar os recursos auferidos em tais negociações nas obras de restauração e ampliação do imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal. O Colégio possui um saldo a negociar de 7.195,01 m², correspondente ao potencial construtivo. Anualmente, são aplicados testes de avaliação ao valor recuperável, visando avaliar as possíveis perdas ligadas a desvalorização. Em 07/03/2023, a entidade adquiriu junto a Prefeitura Municipal de Campo Grande, o acréscimo de 611,94 m² na Taxa de Ocupação permitida para o local, vinculado ao processo nº 805085/2022-02, localizado na Quadra "00006", Lote "0036A1", parcelamento Jardim Autônomo e inscrição imobiliária nº 05180170636 mediante o pagamento do montante de R\$ 361.056,84. 10. Despesas Antecipadas: Estão representados como segue:

Descrição 2025 2024
Circulante Não Circulante Circulante Não Circulante
Licença de uso de Software 427 114 363 79
Prêmios de Seguro a Apropriar 16 59 - -
Assinaturas e Anuidades 40 10 51 55
Total 483 183 414 134

11. Transações com partes relacionadas: As operações com partes relacionadas foram realizadas em condições contratadas pelas partes e estão descritas a seguir:
Descrição 2025 2024
Editora FTD S/A 28.930 44.873
Total 28.930 44.873

Resultado de equivalência patrimonial
Descrição 2025 2024
Editora FTD S/A 247.898 99,00 896.544 887.578
Quinteto Editorial Ltda. 500 1,00 581 6
Empresa Brasileira de Sistemas de Ensino Ltda. 500 1,00 320 3
Residencial Champagnat SPE 27.665 55,00 1.179 648
Total 898.624 888.235 186.204

Resultado de equivalência patrimonial
Descrição 2025 2024
Editora FTD S/A (i) 600.000 100,00 973.695 973.695
Quinteto Editorial Ltda. 500 1,00 423 4
Empresa Brasileira de Sistemas de Ensino Ltda. 500 1,00 204 2
Residencial Champagnat SPE 27.665 55,00 945 520
Sicredi (ii) - - 1 -
Cooperativa Cooxupé (ii) - - 143 36
Total 975.267 974.365 106.961

(i) Em 07/04/2025, conforme a AGOE, foi realizado o aumento de capital social da FTD para R\$ 600.000.000,00, em 31/05/2025 conforme a AGE da Associação Brasileira de Educação - ABEC, houve a cisão das cotas da FTD pertencente ABEC referente a 1% e incorporadas a UCE, ficando está com 100% das ações da Editora FTD S.A. (ii) Valores referente a contas capitais, sem quantidade de quotas. Movimentação das propriedades destinadas à renda em 31/12/2024:

Descrição 2023 2024
Custo Adições Baixas Transferências Custo
Terrenos 308.724 - (2.590) - 306.134
Edificações de Renda 109.506 - (4.000) 1.170 106.676
Total 418.230 - (6.590) 1.170 412.810

Descrição 2023 2024
Taxa % - a.a. Depreciação Adições Baixas Transferências Depreciação
Edificações de Renda 0 a 4% (46.637) (2.122) 908 - (47.851)
Total (46.637) (2.122) 908 - (47.851)
Total líquido 371.593 (2.122) (5.682) 1.170 364.959

Descrição 2023 2024
Custo Adições Baixas Transferências Custo
Terrenos 306.134 18.634 (37) - 324.731
Edificações de Renda 106.676 69.917 - 391 176.984
Total 412.810 88.551 (37) 391 501.715

Descrição 2023 2024
Taxa % - a.a. Depreciação Adições Baixas Transferências Depreciação
Edificações de Renda 0 a 4% (47.851) (31.815) - 4 (79.662)
Total (47.851) (31.815) - 4 (79.662)
Total líquido 364.959 56.736 (37) 395 422.053

13. Imobilizado: O imobilizado está representado como segue: Movimentação do imobilizado de 2023 a 2024:
Descrição 2023 2024
Custo Adições Baixas Transferências Custo
Equipamentos 10.755 1.147 (520) - 11.382
Móveis 4.977 697 (32) - 5.642
Edificações 468.169 - - 4.167 472.336
Veículos 7.804 877 (461) - 8.220
Equipamentos de Informática 2.108 297 (35) - 2.370
Instrumentos Musicais 62 - - - 62
Imobilizado em Andamento 2.763 4.034 - (5.588) 1.209
Benefitória em Imóveis de Terceiros 555 - - 251 806
Terrenos 72.978 - - - 72.978
Total 570.171 7.052 (1.048) (1.170) 575.005

Descrição 2023 2024
Taxa % - a.a. Depreciação Adições Baixas Transferências Depreciação
Equipamentos 10% (7.136) (550) 501 - (7.185)
Móveis 10% (3.760) (242) 30 - (3.972)
Edificações 0% a 4% (181.060) (9.839) 27 (190.872)
Veículos 20% (4.803) (963) 461 - (5.305)
Equipamentos de Informática 20% (190) (238) 34 (1.209)
Instrumentos Musicais 10% (1.225) (1) - 1.165 (61)
Benefitória em Imóveis de Terceiros 0% a 4% (74) (30) - 17 (87)
Total (198.248) (11.863) 1.026 (209.085)
Total líquido 371.923 (4.811) (22) (1.170) 365.920

Movimentação do imobilizado de 2024 a 2025:
Descrição 2024 2025
Custo Adições Baixas Impairment Custo
Equipamentos 11.382 1.560 (247) - 12.995
Móveis 5.642 419 (44) - 6.017
Edificações 472.336 72 (98) - 474.995
Veículos 8.220 1.086 (833) - 8.478
Equipamentos de Informática 2.370 490 (40) - 2.809
Instrumentos Musicais 62 1 1 61
Imobilizado em Andamento 1.209 15.025 (350) - 13.022
Benefitória em Imóveis de Terceiros 806 37 - 843
Terrenos 72.978 47 (47) - 72.978
Adiantamento a Fornecedores de Imobilizado - 1.037 - - 1.037
Total 575.005 19.774 (1.659) - 592.692

Descrição 2024 2025
Taxa % - a.a. Depreciação Adições Baixas Impairment Depreciação
Equipamentos 10% (7.185) (671) 240 - (7.632)
Móveis 10% (3.972) (292) 44 - (4.220)
Edificações 0% a 4% (190.872) (9.946) 26 - (200.779)
Veículos 20% (5.305) (1.092) 833 - (5.563)
Equipamentos de Informática 20% (1.603) (303) 34 - (1.867)
Instrumentos Musicais 10% (61) - - - (59)
Benefitória em Imóveis de Terceiros 0% a 4% (87) (31) - - (118)
Total (209.085) (12.335) 1.177 - (220.238)
Total líquido 365.920 7.439 (482) - 372.454

Ativos Biológicos: Movimentação do Ativo Biológico de 2023 a 2024:
Descrição 2023 2024
Custo Adições Baixas Custo
Bovinos 610 320 (75) 855
Lavoura de Café 5.377 - - 5.377
Eucaliptos 35 74 - 109
Total 6.022 394 (75) 6.341

Descrição 2023 2024
Taxa % - a.a. Amortização Adições Baixas Amortização
Bovinos 20% (268) (128) 42 (354)
Lavoura de Café 20% (4.956) (359) - (5.315)
Eucaliptos 0% a 20% (1) (1) - (2)
Total (5.225) (488) 42 (5.671)
Total líquido 797 (94) (33) 670

Movimentação do Ativo Biológico de 2024 a 2025:
Descrição 2024 2025
Custo Adições Baixas Custo
Bovinos 855 322 (132) 1.045
Lavoura de Café 5.377 50 - 5.427
Eucaliptos 109 - - 109
Total 6.341 372 (132) 6.581

Descrição 2024 2025
Taxa % - a.a. Amortização Adições Baixas Amortização
Bovinos 20% (354) (170) 70 (454)
Lavoura de Café 20% (5.315) (24) - (5.339)
Eucaliptos 0% a 20% (2) (15) - (17)
Total (5.671) (209) 70 (5.810)
Total líquido 670 163 (62) 771

Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Impairment): Conforme a Resolução CFC nº 1.110/2007, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, anualmente é necessário ajustar o valor líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na Entidade, são realizados os testes de recuperabilidade ao fim de cada exercício social. Em 2025 o teste de recuperabilidade foi realizado, porém não houve indícios e reconhecimento de desvalorizações, em razão de os bens estarem totalmente depreciados ou por não atingirem o mínimo da materialidade exigida para os ativos. 14. Intangível: O intangível está representado como segue: Movimentação do intangível de 2023 a 2024:

Descrição 2023 2024
Custo Adições Baixas Custo
Marcas e Patentes 54 - - 54
Direitos de Uso 83 - - 83
Sistemas Aplicativos - Softwares 389 31 - 420
Total 526 31 - 557

Descrição 2023 2024
Taxa % - a.a. Amortização Adições Baixas Amortização
Sistemas Aplicativos - Softwares 20% (270) (61) - (331)
Total (270) (61) - (331)
Total líquido 256 (30) - 226

Movimentação do intangível de 2024 a 2025:
Descrição 2024 2025
Custo Adições Baixas Custo
Marcas e Patentes 54 - - 54
Direitos de Uso 83 - - 83
Sistemas Aplicativos - Softwares 420 - - 420
Total 557 - - 557

Descrição 2024 2025
Taxa % - a.a. Amortização Adições Baixas Amortização
Sistemas Aplicativos - Softwares 20% (331) (21) - (352)
Total (331) (21) - (352)
Total líquido 226 (21) - 205

15. Fornecedores: As obrigações com fornecedores estão representadas como segue:
Descrição 2025 2024
Fornecedores 1.297 807

16. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos estão representados como segue:
Modalidade Encargos Financeiros Circulante Não Circulante Circulante Não Circulante
Capital de Giro (I) 10,64% a.a. - - 1.418 2.341
Total - - - 1.418 2.341

(I) Valor refere-se à contratação de Capital de Giro com o banco Bradesco. O recurso foi utilizado para suportar obra do NAC-Núcleo de Atividades Complementares do Colégio Paranaense, através de financiamento contratado por um prazo de 5 anos com 1 ano de carência. Em 13 de junho de 2025 houve a liquidação antecipada. 17. Obrigações Sociais e Trabalhistas: Estão representados como segue:
Descrição 2025 2024
Provisões de Férias 2.138 1.871
INSS Cota Patronal a Pagar 360 242
IRRF a Recolher Funcionários 331 271
FGTS a Recolher 152 135
INSS a Recolher 95 155
IRRF a Recolher - PF 1 2
Empréstimo de Funcionários a Pagar 33 19
PIS sobre Folha a Pagar 13 12
Salários e Ordenados a Pagar 2 -
Sindicato Desconto Funcionários 1 -
Total 3.126 2.108

18. Obrigações Tributárias: Os Impostos e contribuições a recolher estão representados como segue:
Descrição 2025 2024
Circulante Não Circulante Circulante Não Circulante
INSS Lei 9.711 e Decreto 3.048/99 31 - 50 -
IRRF a Recolher - PJ 17 - 5 -
ICMS DIFAL a Recolher 1 - 1 -
ISS Retido 12 - 21 -
PIS/COFINS/CSLL Retido 53 - 32 -
PIS sobre o Faturamento 2 - - -
COFINS sobre o Faturamento 12 - - -
Total 128 - 109 -

19. Receitas Antecipadas: Estão representados como segue:
Descrição 2025 2024
Alienação de Ativos (I) 9 3.050 109 -
Fidelização em Contratos e Parcerias (II) 172 199 172 371
Total 181 3.249 281 371

(I) Recebimento antecipado referente a venda do lote com área de 2.500,17m², localizado na Rua Dom Aquino, s/n, Recanto Colonial, Londrina/PR. (II) Concessão do direito de exclusividade ao Banco Bradesco S.A. para realização do processamento da folha de pagamento dos colaboradores da Entidade. 20. Provisões para contingências: A Associação é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e tributárias. A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na expectativa anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso e consideradas como provável, como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2025
Tributária (a) 10
Saldo total 10
Saldos em 31 de dezembro de 2024
Tributária (a) 10
Saldo total 10

a) Tributário - A provisão Tributária será realizada conforme regra abaixo: - Será provisionado 100% do valor do risco nos processos judiciais em que o pedido da última decisão seja classificado como provável. Os pedidos que estiverem classificados como Possível e Remoto não serão provisionados. Probabilidade possível: Existem processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, sendo no âmbito tributário o montante de R\$ 2.079.886 e no âmbito trabalhista o montante de R\$ 71.124 para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas financeiras adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. 21. Patrimônio Líquido: O Patrimônio Social refere-se ao superávit ou déficit apurado em cada exercício, para manutenção dos objetivos sociais da Associação. O eventual superávit ou déficit do período conforme ITG 2002 R1 e no ano subsequente transferido definitivamente para a conta do Patrimônio Social. 21.1. Patrimônio líquido: O resultado da Entidade é incorporado ao patrimônio social, após aprovação das demonstrações financeiras, a fim de aplicar integralmente seus recursos na manutenção dos seus objetivos, conforme estabelecido no Estatuto Social. Em caso de extinção, respeitando-se autorização emanada do Irmão Superior Geral do Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas, o eventual patrimônio remanescente será destinado a uma Entidade do Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas, ou da igreja Católica Apostólica Romana, de acordo com critérios estabelecidos pela Assembleia Provincial, observado o Direito Próprio, conforme previsto no Estatuto Social. 21.2. Fato Relevante: No decorrer do ano de 2025, foram realizados processos de Cisão e Incorporação Parcial com as entidades Associação Brasileira de Educação e Cultura-ABEC, Associação Paranaense de Cultura-APC e Editora FTD, com movimentação de participação acionária, imóveis e recursos financeiros entre elas. As demonstrações financeiras da União Champagnat de Educação - UCE estão sendo apresentadas com os reflexos dos processos de Cisão e Incorporação Parcial, conforme aprovado em AGEs ocorridas em 31/03/2025, 14/07/2025 e 31/10/2025, e os procedimentos e levantamentos das informações ora apresentadas estão em consonância com a Lei nº 11.638/07 e com os protocolos de justificação da cisão parcial, demonstrados: segue representado os efeitos patrimoniais: Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC sob CNPJ 60.983.352/0001-11 aprovada pela AGE em 31/03/2025 tendo como data de evento 31/05/2025, relativos à movimentação da participação societária da Editora FTD S/A 61.186.490/0001-57, como segue:

Ativo Em Reais Passivo Em Reais
Circulante Circulante
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fornecedores -
Mensalidades e Outros Recebíveis - Arrendamento mercantil -
Estoques - Contratos a Apropriar -
Tributos a Recuperar - Empréstimos e Financiamentos -
Adiantamentos - Adiantamento de Clientes -
Outros Créditos - Impostos e Contribuições a Recolher -
Despesas Antecipadas - Obrigações Sociais e Trabalhistas -
Receitas Antecipadas - Receitas Antecipadas -
Subvenções à Realizar - Subvenções à Realizar -
Outras Obrigações - Outras Obrigações -

Não Circulante Mensalidades e Outros Recebíveis -
Depósitos Judiciais -
Outros Créditos -
Despesas Antecipadas -
Investimentos 8.965.438,05 -
Imobilizado - Receitas Antecipadas -
Intangível - Obrigações Tributárias -
Direito de uso de arrendamento - Provisões para Contingências -
Total 8.965.438,05 Patrimônio Líquido
Patrimônio Social -
Cisão Parcial 8.965.438,05 -
Ajustes de Avaliação Patrimonial -
Superávit/Déficit do Período -

Total do Ativo 8.965.438,05 Total do Passivo 8.965.438,05
Associação Paranaense de Cultura - APC sob CNPJ 76.659.820/0001-51 aprovado pela AGE em 31/03/2025 tendo como data de evento 31/05/2025, relativos aos imóveis, Terreno BR-101, Prolação Guaratuba, Tecnoparque, Campus Toledo e Sala 5 Centro Comercial, como segue:

Ativo Em Reais Passivo Em Reais
Circulante Circulante
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fornecedores -
Mensalidade e Outros Recebíveis - Empréstimos e Financiamentos -
Tributos a Recuperar - Adiantamento de Clientes -
Adiantamentos - Impostos e Contribuições a Recolher -
Estoques - Obrigações Sociais e Trabalhistas -
Outros Créditos - Receitas Antecipadas -
Despesas Antecipadas - Subvenções à Realizar -
Não Circulante Outras Obrigações -
Mensalidade e Outros Recebíveis - Contratos a Apropriar -
Depósitos judiciais - Arrendamento Mercantil -
Outros Créditos - Não Circulante

Ativo Em Reais Passivo Em Reais
Despesas Antecipadas - Fornecedores -
Investimentos 24.606.514,03 - Empréstimos e Financiamentos -
Imobilizado 22.827.961,73 - Receitas Antecipadas -
Ativo Biológico - Provisões para Contingências -
Intangível - Arrendamento Mercantil -
Direito de uso de arrendamento - Patrimônio Líquido
Patrimônio Social -
Ajuste e Avaliação Patrimonial -
Incorporação Parcial -
Cisão Parcial 47.434.495,76 -
Superávit/Déficit do Período -
Total do Ativo 47.434.495,76 Total do Passivo 47.434.495,76

União Champagnat de Educação - UCE, sob CNPJ 84.433.275/0001-11 aprovado pela AGE em 31/03/2025 tendo como data de evento 31/05/2025, relativo à transferência de ativos de caixa e equivalentes de caixa cindindo para a Associação Paranaense de Cultura - APC sob CNPJ 76.659.820/0001-51, como segue:

Ativo Em Reais Passivo Em Reais
Circulante Circulante
Caixa e Equivalentes de Caixa 100.000.000,00 - Fornecedores -
Locações e Outros Recebíveis - Empréstimos e Financiamentos -
Adiantamentos - Obrigações Sociais e Trabalhistas -
Tributos a Recuperar - Obrigações Tributárias -
Estoques - Receitas Antecipadas -
Despesas Antecipadas - Outras Obrigações -
Total do Ativo 100.000.000,00 Total do Passivo 100.000.000,00

Não Circulante Depósitos Judiciais -
Despesas Antecipadas - Empréstimos e Financiamentos -
Outros Créditos - Receitas Antecipadas -
Investimentos -
Imobilizado -
Intangível -

Patrimônio Líquido Patrimônio Social -
Cisão Parcial 100.000.000,00 -
Superávit/Déficit do Período -
Total do Ativo 100.000.000,00 Total do Passivo 100.000.000,00

Editora FTD S/A sob CNPJ 61.186.490/0001-57 aprovado pela AGE em 17/07/2025 tendo como data de evento 31/08/2025 correspondente ao imóvel do qual está instalado no estabelecimento da matriz da Editora, como segue:

Ativo Em Reais Passivo e Patrimônio Líquido Em Reais
Circulante Circulante
Caixa e equivalente de caixa - Fornecedores -
Contas a receber - Empréstimos e financiamentos -
Estoque - Obrigações sociais e trabalhistas -
Impostos e contribuições a recuperar - Obrigações tributárias -
Ganho com instrumentos financeiros derivativos - Imposto de Renda e
Outros ativos circulantes - Contribuição Social Corrente -
Total do ativo circulantes - Adiantamento de clientes -
Comissões e direitos autoriais a pagar -
Arrendamentos -
Partes relacionadas -
Outras contas a pagar -
Receitas diferidas -
Total do passivo circulante -

Não Circulante Contas a receber -
Outros ativos não circulantes -
Imposto de renda e contribuição social diferido -
Ganho com instrumentos financeiros derivativos -
Realizável a longo prazo -
Investimentos -
Imobilizado (6.317.185,36) -
Intangível -
Total do ativo não circulante (6.317.185,36) -

Total do Ativo (6.317.185,36) Total do Passivo e Patrimônio Líquido (6.317.185,36)
Editora FTD S/A sob CNPJ 61.186.490/0001-57 aprovado pela AGE em 31/10/2025 tendo como data de evento 31/12/2025 correspondente aos imóveis onde se encontram instaladas as filiais de Goiânia filial de Salvador e os prédios 1 e 2 do parque gráfico da Editora, como segue:

Ativo Em Reais Passivo e Patrimônio Líquido Em Reais
Circulante Circulante
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fornecedores -
Mensalidade e Outros Recebíveis - Empréstimos e Financiamentos -
Tributos a Recuperar - Adiantamento de Clientes -
Adiantamentos - Impostos e Contribuições a Recolher -
Estoques - Obrigações Sociais e Trabalhistas -
Outros Créditos - Receitas Antecipadas -
Despesas Antecipadas - Subvenções a Realizar -
Não Circulante Outras Obrigações -
Mensalidade e Outros Recebíveis - Contratos a Apropriar -
Depósitos judiciais - Arrendamento Mercantil -
Outros Créditos -
Despesas Antecipadas - Fornecedores -
Investimentos 5.928.006,97 - Empréstimos e Financiamentos -
Imobilizado - Receitas Antecipadas -
Ativo Biológico - Provisões para Contingências -
Intangível - Arrendamento Mercantil -
Direito de uso de arrendamento - Patrimônio Líquido
Patrimônio Social -
Ajuste e Avaliação Patrimonial -
Incorporação Parcial -
Cisão Parcial 5.928.006,97 -
Superávit/Déficit do Período -
Total do Ativo 5.928.006,97 Total do Passivo 5.928.006,97

22. Receita Operacional Líquida: Receita Operacional
2025 2024
Receitas com Locação de Bens Imóveis 19.624 17.255
Receitas com Diárias, Hospedagem e Refeições 3.945 4.054
Receitas com Royalties 58.388 26.732
Receitas com Eventos Culturais 3 -
Receitas com Serviços de Consultoria 491 358
Receitas com Taxas 205 156
Receitas com Patrocínio de Eventos 149 345
Receitas com Bovinos 1.083 472
Receitas com Café 19.967 18.390
Receita com Cereais 8 -
Doações, Bonificações e Contribuições 103.866 67.762
Receita Operacional Bruta (-) Deduções da Receita Operacional Bruta (-) Serviços Cancelados (42) -
(-) Devoluções (50) -
(-) Cancelamento de Vendas (6) -
(-) Ajuste a Valor Presente - (98)
Total 103.768 67.762

23. Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados: Estão representados como segue:
Descrição 2025 2024
Despesa com Pessoal (1.877) (1.811)
Despesa Administrativa (2.187) (2.400)
Despesa com Atividades Suplementares e Complementares (3.552) (3.473)
Revenda de Produtos e Mercadorias (7.291) (11.136)
(-) Perdas Estimadas e Conhecidas de Estoque (18) (16)
(-) Transferência de custos da Fazenda 7.616 7.684
Total (7.309) (11.152)

24. Outras Receitas e Despesas: Estão representados como segue:
Descrição 2025 2024
Receitas Receita com Venda/Ressarcimento de Bens 1.346 3.647
Receita com Indenizações 2 54
Receitas Eventuais 469 192
Receita com Imóveis de Renda - 276
Receita com Fidelização em Contratos e Parcerias 172 172
Total 1.989 4.341

Despesas Custos das Baixas dos Bens - Próprios (51) (5.684)
Despesa com Royalties (36) -
Outorga de Cessão de Uso (1) (7)
Total (88) (5.691)
25. Resultado Financeiro: A composição do resultado financeiro está representada como segue:
Descrição 2025 2024
Receitas Financeiras Descontos Obtidos 65 65
Juros e Multas Recebidos 30 17
Rendimentos em Aplicação Financeira 48.132 34.174
Total 48.227 34.256

Despesas Financeiras Multas e Juros (258) (549)
Despesas Bancárias (350) (312)
Variação Cambial Passiva (306) -
Total (914) (861)
26. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade possui cobertura de seguros parcial contra riscos para os bens do ativo imobilizado. Os valores segurados são estimados por critérios definidos pela administração e contratados com bases técnicas para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

continua ->

★ continuação		Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da União Champagnat de Educação - UCE	
Descrição	Descrição	2025	2024
Bens Patrimoniais	Incêndio, raios, desmoronamento, equipamentos, explosão de qualquer natureza e outros.	253.000	253.000
Frotas	Danos materiais, corporais a terceiros e morais, acidente por passageiro.	37.800	38.400
Responsabilidade Civil Geral	Estabelecimentos comerciais/industriais, empregador, danos morais exclusivo de furto.	1.000	1.000
Responsabilidade Administradores e Diretores	Responsabilidade Cível de Administradores e Diretores.	10.000	10.000
Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética	Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética	-	10.000
Máquinas e Equipamentos Agrícolas	Equipamentos móveis com roubo e furto, e danos elétricos.	4.102	4.102
Seguro Garantia	Riscos declarados, garante o pagamento de valores que o Tomador deixe de realizar nos autos da Ação Declaratória de Imunidade Tributária.	6.594	-
<p>27. Instrumentos financeiros: A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas</p>			
Diretoria		Contador	
Vanderlei Siqueira dos Santos - Presidente		Neilor Roque Perottoni - CRC 1PR nº 036.361/0-6	
Parecer do Conselho Fiscal			
O conselho fiscal da União Catarinense de Educação - UCE , em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou as demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da AJCA Auditores Independentes S/S, datado de 12 de março de 2026, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Associados.		Curitiba, 31 de março de 2026	
		Evilazio Tambosi Membro do Conselho Fiscal	
		Antonio Luiz Rios da Silva Membro do Conselho Fiscal	
		Everson Ismael de Oliveira Membro do Conselho Fiscal	
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras			
<p>Aos Administradores da: União Champagnat de Educação - UCE - Curitiba - PR. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da União Champagnat de Educação - UCE ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da União Champagnat de Educação - UCE em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002). Ênfase: a) Em continuidade a seu processo de reestruturação, em assembleia realizada com a presença dos associados das mantenedoras União Champagnat de Educação - UCE, Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC, Associação Paranaense de Cultura - APC e Editora FTD, restou aprovada a intenção das Entidades de realizarem as cisões parciais de seus ativos à Entidade União Champagnat de Educação - UCE e a Associação Paranaense de Cultura - APC. As demonstrações financeiras da União Champagnat de Educação - UCE, estão sendo apresentadas com os reflexos dos processos de Incorporações e Cisões Parciais conforme abaixo: i) Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC sob CNPJ 60.983.352/0001-11 aprovado pela AGE em 31/03/2025 tendo como data de evento 31/05/2025, relativos à movimentação da participação societária da Editora FTD S/A 61.186.490/0001-57 cujos efeitos são destacados na nota explicativa nº 21.2. ii) Associação Paranaense de Cultura - APC sob CNPJ 76.659.820/0001-51 aprovado pela AGE em 31/03/2025 tendo como data de evento 31/05/2025, relativos aos imóveis, Terreno BR-101, Proação Guaratuba, Tecnoparque, Campus Toledo e Sala 5 Centro Comercial, cujos efeitos são destacados na nota explicativa nº 21.2. iii) União Champagnat de Educação - UCE, sob CNPJ 84.433.275/0001-11 aprovado pela AGE em 31/03/2025 tendo como data de evento 31/05/2025, relativo à transferência de ativos de caixa e equivalentes de caixa cindindo para a Associação Paranaense de Cultura - APC sob CNPJ 76.659.820/0001-51, cujos efeitos são destacados na nota explicativa nº 21.2. iv) Editora FTD S/A sob CNPJ 61.186.490/0001-57 aprovado pela AGE em 14/07/2025 tendo como data de evento 31/08/2025 correspondente ao imóvel do qual está instalado o estabelecimento da matriz da Editora, cujos efeitos são destacados na nota explicativa nº 21.2. v) Editora FTD S/A sob CNPJ 61.186.490/0001-57 aprovado pela AGE em 31/10/2025 tendo como data de evento 31/12/2025 correspondente aos imóveis onde se encontram instaladas as filiais de Goiânia filial de Salvador e os prédios 1 e 2 do parque gráfico da Editora, cujos efeitos são destacados na nota explicativa nº 21.2. b) As demonstrações financeiras da empresa em que a auditada participa com</p>			
<p>investimentos relevantes, conforme disposto na nota explicativa nº 12, que demandaram cálculo da equivalência patrimonial, não foram por nós auditadas, sendo por outros auditores independentes que emitiram o relatório dos auditores independentes sem ressalvas, na data de 10 de março de 2026. Nossa opinião não se modifica em razão do assunto enfatizado. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: Examinamos, também, a demonstração dos valores adicionados, referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2025, preparadas sob a responsabilidade da administração da Entidade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DIV. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas,</p>			
<p>não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria planejando os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 12 de março de 2026. AJCA Auditores Independentes S/S - Contador: Antônio Justicheckem - CRC/PR - 005288/0-6 - CRC/PR - 037.469/0-4.</p>			

Faça suas publicações legais no DI&C.

A transparência é total e a cobertura é perfeita.



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais

Documento final gerado em 24/04/2026 09:41:04

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 33868c776acf29b32d891651f5d2340eef48d37fefadf322c8116e0d58559456



Assinatura

Assinado em: 24/04/2026 09:41:10

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 360d37691b9c291b45c99ca1c9f57c06



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.28.107	-25.442428382056 , -49.255837597625	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 147.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

